



Ministério Público do Estado de Alagoas
Procuradoria Geral de Justiça de Alagoas



7º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

2019

PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DIREITO

LEIA COM ATENÇÃO

- 01** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
 - 02** Preencha os dados pessoais.
 - 03** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 60 (sessenta) questões; se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
 - 04** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha com quatro alternativas, apresentando uma só alternativa correta.
 - 05** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada, comunique imediatamente ao fiscal.
 - 06** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e só depois transfira os resultados para a folha de resposta.
 - 07** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta e faça as marcas de acordo com o modelo: ●
- A marcação da folha de resposta é definitiva, não admitindo rasuras.**
- 08** Só marque uma resposta para cada questão.
 - 09** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
 - 10** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos a ela correspondentes, atribuídos a todos os candidatos
 - 11** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre os conteúdos das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
 - 12** Não será permitido o uso de livros, códigos, anotações, outros materiais de consulta impressa ou em meio magnético, assim como: telefones celulares, bips, pagers, palm tops ou aparelhos semelhantes de comunicação e agendas eletrônicas, pelos candidatos, durante a realização das provas. É vedado também o uso, durante a prova, de chapéu, boné, touca ou equivalente.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS

Nome _____

Identidade _____

Órgão Exp.: _____

Assinatura _____



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E

Língua Portuguesa

TEXTO 1

A história linguística da América Latina foi e é marcada por muita violência contra as populações não brancas, em todos os sentidos, dos massacres propriamente ditos, passando pela escravização e chegando aos dias de hoje com a exclusão social e o racismo.

No caso específico das línguas, as potências colonizadoras (Portugal e Espanha) se empenharam sistematicamente em impor suas línguas. As situações variam de país a país. Na Argentina, por exemplo, depois da independência, o governo traçou um plano explícito de extermínio dos indígenas, a chamada “Conquista do Deserto”, pagando em dinheiro às pessoas que levassem escalpos como prova do assassinato. Com isso, a população indígena da Argentina, principalmente do centro para o sul, desapareceu quase completamente, e com ela suas línguas.

No Peru e na Bolívia, a língua quéchua, que era uma espécie de idioma internacional do império inca, é muito empregada até hoje, havendo mesmo comunidades mais isoladas cujos falantes não sabem falar espanhol.

No Brasil, o trabalho de imposição do português foi muito bem feito, de maneira que é a língua homogênea da população. O extermínio dos índios fez desaparecer centenas de línguas: hoje sobrevivem cerca de 180, mas faladas por muito pouca gente, algumas já em vias de extinção.

Durante boa parte do período colonial, a língua mais usada no Brasil foi a chamada “língua geral”, baseada no tupi antigo, que os jesuítas empregaram para catequizar os índios. Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII e a proibição do ensino em qualquer língua que não fosse o português, a língua geral desapareceu. É uma pena que não tenhamos uma riqueza linguística como no México, que possui mais de 50 línguas diferentes, sendo que o nahua é falado por cerca de 1 milhão de pessoas. Ainda assim, essas minorias linguísticas no Brasil estão cada vez mais reconhecendo seus direitos e lutando por eles.

Quanto às línguas africanas no Brasil, elas não puderam sobreviver porque os portugueses tomavam cuidado para separar as famílias em lotes diferentes bem como os falantes de uma mesma língua, de modo que fossem obrigados a aprender o português para se comunicar entre si e com os brancos. Mesmo assim, as línguas africanas, sobretudo as do grupo banto, influíram fortemente na formação do português brasileiro, fazendo com que ele se tornasse o que é hoje, uma língua bem diferente do português europeu.

No Paraguai, como não houve expulsão dos jesuítas, a língua geral empregada por eles, o abanheenga (guarani), permanece até hoje como elemento importante da vida dos paraguaios, que são bilíngues em sua maioria: espanhol e guarani.

Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/node/5396>. Acesso em 17/05/19. Excerto adaptado.

01. Considerando o conteúdo global do Texto 1, assinale a alternativa que apresenta um título apropriado para ele.

- A) A imposição do português no Brasil
- B) Breve história do português brasileiro
- C) América Latina: breve história linguística
- D) Exclusão social e racismo na América Latina

02. Assinale a alternativa em que se apresenta a síntese da principal ideia do Texto 1.

- A) O quadro linguístico atual da América Latina foi desenhado com base em toda sorte de violência contra as populações não brancas.
- B) Na América Latina, as duas potências colonizadoras decidiram se unir, com o intuito de impor suas línguas às colônias.
- C) Especificamente no Brasil, a imposição da língua de Portugal foi feita de modo a tornar essa língua homogênea.
- D) As línguas africanas tiveram papel crucial para tornar o português brasileiro uma língua bem diferente do português europeu.

03. Há, no Texto 1, uma crítica, principalmente:

- A) à passividade das populações não brancas, que não lutaram contra a imposição de línguas estrangeiras.
- B) aos povos latino-americanos em geral, por terem permitido que várias línguas fossem extintas.
- C) ao modo desumano como as grandes potências colonizadoras impuseram suas línguas na América Latina.
- D) à colonização portuguesa no Brasil, responsável pelo desaparecimento das línguas africanas no País.

04. Podemos identificar uma relação de causalidade no seguinte trecho do Texto 1:

- A) “No Peru e na Bolívia, a língua quéchua, que era uma espécie de idioma internacional do império inca, é muito empregada até hoje”.
- B) “Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII e a proibição do ensino em qualquer língua que não fosse o português, a língua geral desapareceu.”
- C) “Durante boa parte do período colonial, a língua mais usada no Brasil foi a chamada “língua geral”, baseada no tupi antigo, que os jesuítas empregaram para catequizar os índios.”
- D) “... as línguas africanas, sobretudo as do grupo banto, influíram fortemente na formação do português brasileiro.”

05. Acerca das línguas africanas no Brasil, o Texto 1 nos informa que:

- A) no período colonial, elas foram importante veículo de comunicação entre os colonizadores e os colonizados.
- B) há ainda resquícios delas em algumas regiões do Brasil, sobretudo as línguas do grupo banto, cuja influência foi maior.
- C) o cuidado que os portugueses tiveram, de separar as famílias em lotes diferentes, foi fator decisivo para sua preservação.
- D) foi bem significativa a participação delas no processo que levou à distinção entre o português brasileiro e o europeu.

06. Releia: “Com isso, a população indígena da Argentina, principalmente do centro para o sul, desapareceu quase completamente, e com ela suas línguas.” (2º §). Com relação à referência dos termos “ela” e “suas”, assinale a alternativa correta.

- A) Ambos os termos se referem a “população indígena da Argentina”.
- B) O pronome “ela” se refere a “população”; o pronome “suas” tem referência restrita a “Argentina”.
- C) Tanto o pronome “ela” quanto o pronome “suas” se referem a “Argentina”.
- D) O pronome “ela” se refere a “Argentina”; o pronome “suas” faz referência ao segmento “do centro para o sul”.

07. Analise as relações de sentido apresentadas a seguir.

- 1) No trecho: “as potências colonizadoras (Portugal e Espanha) se empenharam sistematicamente em impor suas línguas”, o termo destacado pode ser substituído por “se preocuparam”, com manutenção do sentido.
- 2) O trecho “essas minorias linguísticas no Brasil estão cada vez mais reconhecendo seus direitos e lutando por eles.” preserva seu sentido original se o termo destacado for substituído por “envidando esforços”.
- 3) No trecho: “No Paraguai, como não houve expulsão dos jesuítas, a língua geral empregada por eles, o abanheenga (guarani), permanece até hoje.”, o termo destacado equivale a “prevalece”.

Está(ão) correta(s):

- A) 1, apenas.
- B) 2, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 3.

08. Acerca de aspectos sintáticos do Texto 1, analise as proposições abaixo.

- 1) Está em conformidade com a norma-padrão da língua a regência do verbo “pagar”, no trecho: “pagando em dinheiro às pessoas que levassem escalpos como prova do assassinato”. Segundo essa norma, a regência também estaria correta em: “pagando em dinheiro as pessoas que levassem escalpos como prova do assassinato”.
- 2) No trecho: “No Peru e na Bolívia, a língua quéchua, que era uma espécie de idioma internacional do império inca, é muito empregada até hoje”, o segmento destacado funciona como um aposto explicativo.
- 3) O trecho: “hoje sobrevivem cerca de 180, mas faladas por muito pouca gente” está conectado por coordenação.
- 4) No trecho: “É uma pena que não tenhamos uma riqueza linguística como no México”, temos um exemplo de sujeito oracional.

Estão corretas:

- A) 1, 3 e 4, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 2, 3 e 4, apenas.
- D) 1, 2, 3 e 4.

09. A evidência de que o Texto 1 está escrito de acordo com o último Acordo Ortográfico está no fato de:

- A) a palavra “quéchua” ser grafada com acento agudo.
- B) a palavra “tupi” ser escrita sem o acento gráfico.
- C) a palavra “linguística” ser grafada sem o trema.
- D) a expressão “de país a país” ser escrita sem o hífen.

TEXTO 2

Acabar com o preconceito linguístico é uma coisa difícil. É preciso sempre que façamos a distinção entre preconceito e discriminação. O que nós temos que combater é a discriminação, ou seja, quando esse preconceito deixa de ser apenas uma atitude ou um modo de pensar das pessoas e se transforma em práticas sociais.

Primeiro é preciso reconhecer a existência do preconceito linguístico, conhecer os modos como ele se manifesta concretamente como atitudes e práticas sociais, denunciar isso e criar modos de combatê-lo.

Justamente pelo fato de o preconceito linguístico nas sociedades ocidentais ser derivado das práticas escolares, o grande mecanismo para começar a desfazer o preconceito linguístico, a discriminação linguística, está também na prática escolar. É muito importante que a escola, em sociedades letradas como a nossa, permita ao aluno esse processo do acesso ao letramento a partir de práticas pedagógicas democratizadoras, em que as variações linguísticas sejam reconhecidas como prática da cultura nacional, que não sejam ridicularizadas. E é claro que isso tem um funcionamento político muito importante, não só na escola, mas em toda a sociedade.

Por isso que no Brasil, um conjunto de linguistas e educadores está sempre atacando muito o preconceito linguístico e propondo práticas pedagógicas democratizadoras. Que a criança, ao chegar na escola falando uma variedade regional menos próxima do padrão, não seja discriminada. Nosso trabalho atualmente se centra muito na escola, nos materiais didáticos e na formação dos professores de português, para que não sejam eles mesmos perpetuadores do preconceito linguístico e da discriminação.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/5396>. Acesso em 17/05/19. Excerto adaptado.

10. O Texto 2 focaliza, principalmente:

- A) as práticas sociais.
- B) as práticas pedagógicas.
- C) as variações linguísticas.
- D) o preconceito linguístico.

11. Com o Texto 2, seu autor pretende, privilegiadamente:

- A) expressar seu ponto de vista acerca de um determinado assunto.
- B) divulgar resultados de pesquisa acadêmica, de forte impacto social.
- C) criticar determinado comportamento identificado entre os brasileiros.
- D) desafiar os educadores brasileiros a adotarem uma nova postura.

12. Na exposição de suas ideias, o autor do Texto 2 faz, principalmente, uma distinção entre:

- A) atitudes e práticas sociais.
- B) preconceito linguístico e práticas escolares.
- C) preconceito e discriminação.
- D) variedade padrão e variedade não padrão.

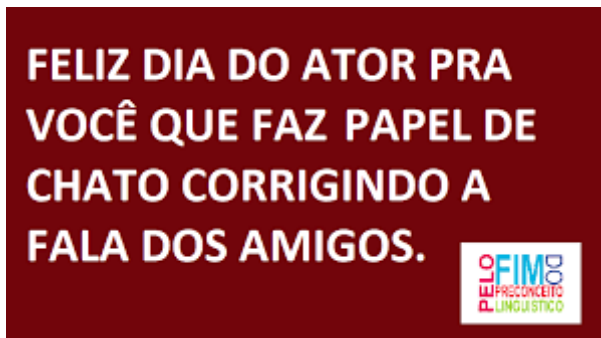
13. Assinale a alternativa em que as normas de concordância foram atendidas.

- A) Não se sabe ao certo se haverá menos preconceitos no futuro.
- B) Sem dúvida, devem-se evitar todos os tipos de preconceito.
- C) Atualmente, percebe-se várias atitudes que revelam discriminação.
- D) Antigamente, não era considerado discriminatório os preconceitos linguísticos.

14. No trecho: “Nosso trabalho atualmente se centra muito na escola, nos materiais didáticos e na formação dos professores de português [...]”, a vírgula é obrigatória, porque:

- A) isola um segmento de valor explicativo.
- B) separa termos de uma sequência.
- C) sinaliza completude das ideias expostas.
- D) introduz no trecho um adjunto adverbial.

TEXTO 3



Disponível em:

<https://www.facebook.com/PeloFimdoPreconceitoLinguistico>.

Acesso em 17/05/19.

15. O Texto 3 traz um ponto de vista, que pode ser assim parafraseado:

- A) Quem exige amigos que nunca errem na fala age como um ator.
- B) Merece aplausos aquele que está atento à fala dos amigos e os corrige.
- C) Entre amigos, a correção é não apenas necessária, mas também bem-vinda.
- D) Não cabem correções nos diálogos interpessoais informais.

Promoção da Igualdade Racial

16. Acerca do Comitê sobre Eliminação da Discriminação Racial, estabelecido pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação (1968), assinale a alternativa correta.

- A) Os membros do Comitê serão eleitos em votação aberta dentre uma lista de pessoas indicadas pelos Estados-partes, para um mandato de quatro anos, com direito à recondução.
- B) Os membros do Comitê serão eleitos durante uma reunião dos Estados-partes convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, na qual o quórum será considerado a metade dos representantes dos Estados-partes presentes e votantes.
- C) Os membros do Comitê serão eleitos em votação secreta dentre uma lista de pessoas indicadas pelos Estados-partes, para um mandato de 6 anos, sem direito à recondução.
- D) Os membros do Comitê serão eleitos durante uma reunião dos Estados-partes convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, na qual o quórum será estabelecido por dois terços dos Estados presentes e votantes.

17. Sobre os critérios estabelecidos pela Lei 12.990/2014, que reserva vagas oferecidas nos concursos públicos para candidatos negros autodeclarados de pretos ou pardos, assinale a alternativa correta.

- A) Os candidatos negros inscritos às vagas reservadas poderão ser classificados nas vagas destinadas para ampla concorrência, de acordo com a sua aprovação e classificação no concurso.
- B) Todos os candidatos inscritos para ampla concorrência concorrerão somente às vagas a eles destinadas, de acordo com sua aprovação e classificação no concurso.
- C) Os candidatos negros inscritos às vagas reservadas, mas aprovados dentro do número de vagas da ampla concorrência, serão considerados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.
- D) Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, esta vaga será computada para preenchimento pelos candidatos de ampla concorrência, de acordo com sua aprovação e classificação no concurso.

18. Sobre as determinações previstas pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBN, assinale a alternativa incorreta.

- A) Tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e dos povos indígenas brasileiros nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.
- B) Definem que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional de Consciência Negra”.
- C) Tornam facultativo o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos particulares, apesar de obrigatório para os estabelecimentos de ensino fundamental e médio oficiais.
- D) Estabelecem que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

19. No ano de 2018, o Supremo Tribunal Federal, por maioria, considerou a constitucionalidade do decreto nº 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos para terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. É correto afirmar que este decreto:

- A) regulamenta os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento e delimitação das terras ocupadas, mas não trata dos procedimentos de demarcação e titulação dessas terras.
- B) define que a caracterização de remanescentes das comunidades quilombolas seja atestada mediante autodefinição da própria comunidade.
- C) dispõe sobre os procedimentos administrativos exclusivamente para delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas.
- D) reconhece a Constituição de 1988 como marco temporal para reconhecimento das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

20. Assinale a alternativa que não se aplica à Lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e estabelece os direitos fundamentais a serem reconhecidos pelo Estado brasileiro.

- A) O poder público garantirá o direito à saúde da população mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução dos riscos de doenças e de outros agravos.
- B) Na produção de filmes e programas destinados para veiculação pelas emissoras de televisão e salas de cinema, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros.
- C) O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas de promoção de igualdade nas contratações do setor público.
- D) O poder público promoverá os procedimentos administrativos de delimitação e reconhecimento de terras de comunidades remanescentes de quilombos.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

21. Em certo caso, um determinado Magistrado fundamentou uma de suas decisões argumentando que, além de criarem situações jurídicas favoráveis aos indivíduos em particular, os direitos fundamentais também são responsáveis por estabelecer as diretrizes de ação das estruturas do poder estatal. Tal aspecto dos direitos fundamentais suscitado pelo Magistrado em sua decisão expressa:
- A) o formalismo constitucional.
 - B) a natureza transcendental dos direitos fundamentais.
 - C) a perspectiva objetiva dos direitos fundamentais.
 - D) os direitos fundamentais de primeira geração/dimensão.
22. Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:
- A) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, sendo exigido, porém, no caso da dissolução, o trânsito em julgado da decisão judicial.
 - B) desde que haja prévia autorização de autoridade competente, é lícita a reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, contanto que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
 - C) a Constituição Federal garante a plena liberdade, sendo, inclusive, dispensada a autorização do Poder Público para constituir associação paramilitar ou entidade de classe para fins lícitos.
 - D) são direitos fundamentais de primeira geração/dimensão aqueles diretamente ligados à igualdade material de todos os cidadãos perante o Poder Público.
23. Segundo preconiza o Art. 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos expressos todos os listados abaixo, EXCETO:
- A) o pluralismo político.
 - B) a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
 - C) a dignidade da pessoa humana.
 - D) a soberania.
24. Federação ou Estado Federal é um Estado composto por diversas entidades territoriais autônomas dotadas de governo próprio, que dividem responsabilidades em diferentes âmbitos. Como regra geral, os estados ("estados federados") que se unem para constituir a federação (o "Estado Federal") são autônomos, isto é, possuem um conjunto de competências ou prerrogativas garantidas pela Constituição, que não podem ser abolidas ou alteradas de modo unilateral pelo governo central. Entretanto, apenas o Estado Federal é considerado soberano, inclusive para fins de direito internacional. Normalmente, apenas ele possui personalidade internacional, e os estados federados são reconhecidos pelo direito internacional apenas na medida em que o respectivo Estado Federal o autorizar. Conforme a Constituição Federal de 1988, o Brasil é considerado um Estado Federal. De acordo com o texto constitucional, não é(são) ente(s) da Federação:
- A) os Estados.
 - B) a União.
 - C) o Distrito Federal.
 - D) os Territórios Federais.
25. O conceito de "mínimo existencial" compreende prerrogativas que objetivam garantir condições adequadas de existência digna, assegurando, à pessoa humana, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas do Estado, tais como o direito à educação, à saúde, à moradia, à alimentação, à segurança, dentre outros. Acerca de tal conceito, assinale a alternativa correta.
- A) Conforme jurisprudência majoritária do Supremo Tribunal Federal, é reconhecida a possibilidade de o Poder Judiciário, diante de situações graves, em se verificando risco ao mínimo existencial, ordenar em favor do paciente o fornecimento gratuito de medicamento pelo Sistema Único de Saúde.
 - B) O princípio da reserva do possível deverá ser aplicado pelo Poder Judiciário em se verificando, mesmo em casos de demandas de saúde que envolvam risco de morte, ao ser constatado pelo Julgador, que os recursos orçamentários se encontram limitados.
 - C) Não há que se falar em obrigatoriedade por parte dos Estados, Municípios e Distrito Federal de executar políticas públicas decorrentes de normas constitucionais de eficácia plena, limitada ou programática, recaindo tal obrigatoriedade apenas sobre a União.
 - D) Os direitos abarcados pelo conceito de "mínimo existencial" são tão somente aqueles abarcados pela chamada primeira geração/dimensão dos direitos fundamentais.

26. Sobre a organização administrativa do Estado, assinale a alternativa correta.

- A) O Distrito Federal e os Municípios são regidos por leis orgânicas, enquanto os Estados por Constituições e leis que adotarem.
- B) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Estados e Municípios dependem de plebiscito e de Lei Complementar do Congresso Nacional.
- C) O desmembramento do Distrito Federal em municípios depende de aprovação da maioria absoluta das duas casas do Congresso Nacional.
- D) Na organização político-administrativa do Brasil, há a dependência entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

27. A partir das competências definidas pela Constituição Federal, complete as lacunas abaixo.

Compete _____ legislar _____ sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico. Compete _____ legislar _____ sobre registros públicos.

Os termos que preenchem corretamente as lacunas são, respectivamente:

- A) à União; privativamente; à União, aos Estados e ao Distrito Federal; concorrentemente.
- B) à União; privativamente; à União; privativamente.
- C) à União, aos Estados e ao Distrito Federal; concorrentemente; à União; privativamente.
- D) à União, aos Estados e ao Distrito Federal; concorrentemente; à União, aos Estados e ao Distrito Federal; concorrentemente.

28. No que se refere ao Poder Executivo, definido na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) O Presidente da República é julgado perante o Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.
- B) Compete privativamente ao Presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio, mas compete exclusivamente ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e autorizar o estado de sítio.
- C) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, far-se-á nova eleição em primeiro turno.
- D) É permitida ao Presidente da República a edição de medidas provisórias sobre matéria que verse acerca da organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

29. No que concerne ao Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- A) A Constituição Federal prevê que a idade mínima para a composição do Conselho é de 35 anos, e a máxima é de 60 anos.
- B) O mandato do Conselho é de 4 anos, admitida uma recondução.
- C) Compete ao Conselho rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano.

D) O CNMP é composto de 14 (catorze) membros, os quais são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

30. Tendo em vista o que disciplina a Constituição Federal a respeito do Ministério Público, como função essencial à justiça, assinale V para as proposições verdadeiras ou F, para as falsas.

- () O princípio institucional da unidade impõe que o Ministério Público deve ser considerado uma única instituição, sob a direção de uma única pessoa.
- () Compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- () Aos membros do Ministério Público é assegurado o exercício da advocacia e uma atividade de magistério.
- () Dentre as garantias ofertadas aos membros do Ministério Público, a vitaliciedade é considerada após 5 anos de exercício, não podendo o membro perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- () O princípio da independência funcional permite que os integrantes do Ministério Público possam ser substituídos uns pelos outros ao longo do processo.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- A) V, V, F, F, F.
- B) F, F, V, F, V.
- C) F, V, F, V, V.
- D) V, V, F, V, F.

Direito Administrativo

31. À luz dos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Os princípios da Administração Pública expressamente dispostos na CF aplicam-se a todas as entidades que integram a administração indireta, inclusive às de direito privado.
- B) Os princípios são implícitos quando estão previstos taxativamente em uma norma jurídica de caráter geral.
- C) Os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade são os princípios fundamentais do Direito Administrativo, portanto são hierarquicamente superiores aos demais.
- D) Os princípios expressamente previstos no Art. 37 da Constituição Federal são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.

32. A Constituição Federal, em seu Art. 37, §1º, afirma: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. A análise da imagem abaixo nos permite afirmar que o prefeito da cidade X feriu qual princípio ao emitir o cartaz?



Fonte: Internet.

- A) da publicidade.
B) da isonomia.
C) da impessoalidade.
D) da efetividade.
33. Considerando os poderes administrativos, correlacione a segunda coluna de acordo com a primeira.
- | | | |
|-----------------------|-----|--|
| 1) Poder hierárquico | () | Permite que se apliquem restrições ou condicionamentos nas atividades privadas. |
| 2) Poder de polícia | () | Tem por objetivo dar ordens, rever atos e delegar competências. |
| 3) Poder disciplinar | () | Confere poder para a edição de normas complementares à lei, permitindo a sua fiel execução. |
| 4) Poder regulamentar | () | Utilizado para aplicar sanção aos agentes públicos, por infrações administrativas cometidas. |

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 4, 3, 2, 1.
B) 2, 4, 1, 3.
C) 3, 1, 4, 2.
D) 2, 1, 4, 3.

34. A respeito dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- A) A concessão é celebrada por contrato de adesão.
B) A permissão de serviço público pode ser concedida a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
C) A permissão só se aplica às pessoas jurídicas e a consórcio de empresas.
D) A concessão sempre exige licitação, mas não necessariamente por concorrência ou leilão.

35. O controle que tem por objetivo comprovar a eficiência e os resultados do ato, além dos aspectos de conveniência e oportunidade, é:
- A) externo.
B) finalístico.
C) mérito.
D) administrativo.

36. A respeito do conceito, abrangência ou possíveis classificações da expressão “Administração Pública”, analise as proposições abaixo.
- 1) A Administração Direta Federal é constituída pela Presidência da República e por seus Ministérios e órgãos subordinados.
2) As entidades da Administração Indireta estão subordinadas à Administração Direta.
3) A Administração Indireta compreende: as fundações públicas, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as autarquias.

Estão corretas:

- A) 2 e 3, apenas.
B) 1 e 2, apenas.
C) 1 e 3, apenas.
D) 1, 2 e 3.

37. Considerando os bens públicos, correlacione a segunda coluna de acordo com a primeira.
- | | | |
|-------------------------|-----|---|
| 1) Bens de uso comum | () | Reserva biológica com restrição absoluta de uso. |
| 2) Bens de uso especial | () | Bens móveis e imóveis que se encontram na titularidade estatal, mas que não se constituem em efetivo instrumento de satisfação de necessidades coletivas. |
| 3) Bens dominicais | () | Aplicados ao desempenho das atividades estatais. |

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 2, 1, 3.
B) 3, 2, 1.
C) 1, 2, 3.
D) 1, 3, 2.

38. Qual a penalidade aplicável ao responsável pelo ato de improbidade que atente contra os princípios da Administração Pública?

- A) Perda de bens.
- B) Pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração.
- C) Suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- D) Proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.

39. A respeito dos atos administrativos, assinale V para as proposições verdadeiras ou F, para as falsas.

- () Ato administrativo é o acontecimento independente da vontade humana, que produz efeitos jurídicos.
- () A imperatividade é um atributo que não está presente em todos os atos administrativos.
- () A competência é um elemento intransferível, mas pode ser delegável.
- () A finalidade é um elemento vinculado do ato administrativo.
- () A anulação possui efeitos *ex nunc* e a revogação, efeitos *ex tunc*.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, V, V, V, F.
- B) V, F, F, F, V.
- C) V, V, F, V, V.
- D) F, F, V, V, F.

40. O conceito: "Situação de fato e de direito que gera a vontade do agente que pratica o ato" refere-se a qual elemento do ato administrativo?

- A) Finalidade
- B) Forma
- C) Motivo
- D) Objeto

Direito Penal

41. Crime tentado é o crime que, tendo sido iniciada sua execução, não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do agente, nos termos do artigo 14, inciso II, do Código Penal Brasileiro. Das condutas típicas abaixo elencadas, qual admite forma tentada à luz do disposto na legislação criminal?

- A) Omissão de socorro.
- B) Difamação cometida verbalmente.
- C) Instigação ao suicídio sem resultado lesivo.
- D) Aborto.

42. Gregório, com intenção de tirar a vida de Francisco, executou um disparo de pistola contra este. Ocorre, porém, que Gregório, não sabendo manipular adequadamente a arma e tendo uma péssima pontaria, acabou por atingir Marcelo, que estava à caminho da padaria para comprar pão. O tiro feriu Marcelo de maneira leve no braço. À luz da situação narrada, por qual crime Gregório deverá responder?

- A) Não há que se falar em crime, pois Gregório não acertou Francisco, e não tinha intenção lesiva contra Marcelo.
- B) Lesão corporal leve contra Marcelo.
- C) Lesão corporal culposa contra Marcelo.
- D) Homicídio tentado contra Francisco.

43. Se um indivíduo, no exercício da função ou em decorrência dela, matar um integrante do sistema prisional, esse indivíduo comete crime de:

- A) homicídio simples.
- B) homicídio culposo.
- C) homicídio qualificado.
- D) tortura.

44. Filipe, com 19 anos de idade, e Luzia, com 13 anos de idade, começaram um relacionamento amoroso e tiveram relações sexuais consensuais. André, o pai de Luzia, procurou as autoridades policiais e requereu a instauração de inquérito policial contra Filipe, sob a argumentação de que este teria abusado sexualmente de sua filha. Acerca deste caso, assinale a alternativa correta.

- A) Filipe está enquadrado na prática de crime de estupro de vulnerável.
- B) Conforme pacífico na Jurisprudência, uma vez verificada a existência do relacionamento amoroso entre Filipe e Luzia, há de se reconhecer que a conduta de Filipe é atípica.
- C) O suposto crime denunciado por André é impossível, em virtude do consentimento de Luzia para a conjunção carnal.
- D) Caso posteriormente reste comprovado que Luzia já tinha experiência sexual anterior, estar-se-á diante da excludente de ilicitude.

45. José e Thiago, encapuzados, e afirmando estarem portando um revólver, abordaram Sophia quando esta saía do shopping. Eles a ameaçaram e a obrigaram a entregar o celular. Sophia, que ficou intimidada e assustada diante da situação, acabou por ter o seu celular subtraído. Diante de tal quadro, qual o crime em que José e Thiago estão enquadrados?

- A) Nenhum, pois não se comprovou que os mesmos efetivamente estavam armados.
- B) Roubo, com pena aumentada de um terço até a metade.
- C) Roubo, sem qualquer aumento de pena, já que se trata de crime simples, sem qualquer qualificação.
- D) Furto, com pena aumentada de um terço até a metade, em virtude da extorsão.

Processo Penal

46. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- A) Somente poderá proceder a inquérito policial, nos crimes de ação privada, aquele requerente que tenha qualidade para intentá-la.
- B) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido, ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- C) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato.
- D) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território fora de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

47. Os princípios que norteiam o Processo Penal brasileiro aduzem que:

- A) pelo princípio da inocência e segundo a lei processual, a restrição à liberdade do acusado antes da sentença transitada em julgado só deverá ser admitida se se tratar de medida de necessidade ou medida cautelar.
- B) é dever do réu provar sua inocência, não sendo obrigação do acusador comprovar a culpa daquele.
- C) no processo penal, o princípio que vigora é o da verdade formal, e não aquele real.
- D) pelo princípio do impulso oficial, o juiz deverá obstaculizar o prosseguimento do feito quando houver inércia das partes.

48. A respeito dos sujeitos processuais, assinale a alternativa incorreta.

- A) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- B) Ao Ministério Público cabe promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida pelo Código, e fiscalizar a execução da lei.
- C) O corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- D) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

49. Sobre a sentença, é possível dizer que:

- A) impedirá igualmente a propositura da ação civil a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.
- B) faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

- C) quando o titular do direito à reparação do dano for pobre, a execução da sentença condenatória ou da ação civil não será promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público.
- D) ainda que haja fato novo vinculado à acusação contida na denúncia, não pode o juiz encaminhar os autos ao Ministério Público para que promova a emenda à inicial, sob o risco de prejudicar o acusado.

50. Sobre a citação nos processos penais, assinale a alternativa correta.

- A) Quando citado por edital, haverá nomeação de defensor público para o acusado que não compareça e não constitua patrono para sua representação, devendo o feito continuar com seu curso.
- B) O acusado, quando da citação inicial, deverá ser citado pessoalmente, por meio de carta precatória ou mandado por hora certa, e, principalmente, por mandado judicial.
- C) O edital de citação indicará o nome do réu, devendo ainda conter os seus sinais característicos, bem como sua residência e profissão, se constarem do processo.
- D) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

Civil

51. A respeito da família e do poder familiar, analise as seguintes afirmativas.

- 1) O consentimento para um menor viajar para o exterior é dado somente pelo parente detentor da guarda.
- 2) É defeso ao pai que compartilha a guarda de filho menor optar pela regulamentação da visita de forma alternada, ainda que acordada com a mãe da criança.
- 3) Para o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, o poder familiar consiste no múnus dos pais de – concomitantemente – promover a educação, o sustento e a proteção a seus filhos menores. A tutela, por sua vez, pode consistir no ato de alguém proteger e administrar os bens de pessoas menores de idade, cujos pais foram destituídos do poder familiar.
- 4) Os familiares têm a administração dos bens dos filhos menores, sob sua guarda, mas não são usufrutuários de seus bens.

Está(ão) correta(s):

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1 e 2, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 3, apenas.

52. No tocante ao matrimônio, divórcio e à união estável, assinale a alternativa correta.

- A) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação total de bens.
- B) O regime matrimonial legalmente constituído, caso os nubentes não pretendam escolher algo diverso por convenção, é o de separação total de bens.
- C) Mesmo que o casal tenha filhos e divergências quanto a questões da relação conjugal, tanto no casamento quanto na união estável a extinção poderá ser extrajudicialmente, ou mesmo no plano dos fatos, sendo dispensável a presença de um juiz de direito.
- D) A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.

53. Sobre as pessoas jurídicas de direito e o direito matrimonial, assinale a alternativa correta.

- A) O direito determina que, no caso de desconsideração da personalidade jurídica, os bens patrimoniais particulares do cônjuge do sócio da empresa envolvida só poderão ser atingidos se o regime de bens matrimonial eleito pelo casal for o da comunhão universal de bens, ainda que a afetação ocorra a patrimônio adquirido após o casamento, não sendo possível no caso de pessoas casadas por comunhão parcial de bens.
- B) A desconsideração da personalidade jurídica pode atingir o patrimônio do sócio de uma empresa e de seu cônjuge após o reconhecimento de fraude contra credores, quando a fraude praticada pelo sócio tenha beneficiado a ambos e o regime de bens admitir.
- C) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade empresária, entre si ou com terceiros, ainda que tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- D) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens patrimoniais dos administradores ou sócios da pessoa jurídica e seu cônjuge, salvo no caso de o regime de bens escolhido no casamento for separação total de bens.

54. Sobre a capacidade civil dos menores de idade, é correto afirmar que:

- A) cessa a incapacidade civil quando a menor de idade engravida.
- B) a emancipação judicial é aquela concedida por sentença, ouvido o tutor, em favor do tutelado que já completou 16 anos.
- C) a emancipação legal ocorre pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com quatorze anos completos tenha economia própria.

D) a menoridade cessa aos 16 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

55. Sobre o término da existência da pessoa natural, assinale a alternativa incorreta.

- A) Será o legítimo curador do ausente o cônjuge que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência.
- B) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- C) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe somente aos pais, havendo impedimento legal que impossibilita os descendentes de exercer o cargo.
- D) Na falta de ascendentes ou descendentes, caberá ao juiz escolher o curador do ausente.

Processo Civil

56. Sobre a jurisdição, tem-se que:

- A) por ser dotada de imperatividade, a jurisdição é o único meio de solução de conflitos reconhecido pelo Estado, não podendo o jurisdicionado optar pela autocomposição.
- B) o princípio do juiz natural preleciona que o juiz deva ser pré-constituído pela lei, cujo agente é imparcial.
- C) pelo princípio da inércia, a jurisdição deverá ser provocada por impulso oficial, desenvolvendo-se por conduta da parte.
- D) o princípio do juiz natural consiste na exigência da parcialidade e da dependência dos magistrados.

57. Pelas condições da ação, tem-se que:

- A) segundo o novo CPC, a legitimidade e o interesse processuais são requisitos para a propositura de ação.
- B) segundo a doutrina, no novo CPC são condições da ação para postular em juízo a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a ilegitimidade para a causa.
- C) a ação de cognição tem como objetivo assegurar a eficácia de um direito, conservar, defender ou prevenir.
- D) quanto à legitimidade para a causa, o Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos individuais disponíveis, mas não dos direitos sociais.

58. Sobre o conceito e as características da ação, assinale a alternativa correta.

- A) Uma ação é idêntica a outra quando a causa de pedir é a mesma, mas os pedidos forem diferentes.
- B) Uma ação é idêntica a outra quando somente as partes forem as mesmas, mas os pedidos e a causa de pedir forem divergentes.
- C) Uma ação é idêntica a outra quando o pedido de uma ação é na mesma amplitude que a outra, assim como as partes e a causa de pedir forem idênticas.
- D) Não se pode pleitear em juízo em nome de outrem, sem exceções.

59. Sobre o princípio da inércia, assinale a alternativa correta.

- A) Por esse princípio, entende-se que as partes deverão provocar a jurisdição somente após o impulsionamento inicial ser feito pelo juízo.
- B) Considerando a característica da jurisdição, esse princípio define que o processo começa a partir da iniciativa das partes, não havendo exceção.
- C) Apesar do princípio da inércia, tem-se que o conflito de competência pode ser suscitado por qualquer uma das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.
- D) O princípio da inércia significa que o Judiciário só atua por iniciativa do juiz, podendo o mesmo conhecer e declarar de ofício, mesmo depois da citação, a incompetência territorial.

60. A respeito da capacidade postulatória das partes e seus procuradores, assinale a alternativa correta.

- A) Estando irregular a representação processual da parte postulante, o juiz – de ofício ou mediante provocação dos interessados – irá extinguir o feito sem oportunizar a sanção do vício.
- B) Renunciando ao mandato a qualquer tempo, cabe ao advogado habilitado mediante competente instrumento procuratório orientar a parte a promover sua substituição nos autos, permanecendo na representação do mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo, durante os 30 (trinta) dias seguintes, nos termos do NCPC.
- C) Haverá extinção processual em instância originária caso a parte autora – intimada previamente para indicar novo procurador – permaneça inerte e não constitua novo advogado no tempo aprazado para sanar o vício.
- D) Somente pessoas capazes e que estejam no exercício do seu direito possuem capacidade processual para estarem em juízo.